

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO DE SETÚBAL ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS



Capa: dintel da porta da «Casa das Quatro Cabeças»

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO DE SETÚBAL ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

por:

JOAQUINA SOARES

CARLOS TAVARES DA SILVA

Fotografias de:

MAURÍCIO ABREU

PATROCÍNIO DE:

PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA
DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL

O NÚCLEO URBANO DE SANTA MARIA

Durante o século XV, o centro de decisão do núcleo urbano deve ter-se situado na área de influência da igreja de Santa Maria. Segundo o relato de D. Jorge de Lencastre, nos inícios do século XVI (1510) as casas da Câmara localizavam-se nas proximidades do Hospital dos Palmeiros, a Sul da igreja de Santa Maria. Nas confrontações do adro da mesma igreja são assinaladas habitações de famílias distintas. Surge-nos, pois, a imagem de um espaço marcado por forte heterogeneidade funcional onde a densidade de relações entre os diversos elementos geradores do fenómeno urbano engendraria um centro primário de vitalidade do burgo.

De salientar que o maior número de portas e postigos do pano Sul da muralha afonsina se situava a Este do Portão da Ribeira: dez aberturas numa extensão de 400 metros, enquanto que a Oeste da Ribeira, em 200 metros de muralha, existia apenas uma (Postigo das Lobas).

Estrutura viária

Quanto à estrutura viária da área referida (a que se encontrava sob a influência da igreja de Santa Maria), além da Rua Direita — cujo traçado coincidia, em 1510, com a metade Sul da actual Rua de Antão Girão e terminava na Porta da Vila, depois de passar pelo adro daquela igreja —, existe uma referência, de meados do século XVI (1553), a outra Rua Direita, hoje denominada de Arronches Junqueiro e ainda conhecida por Rua Direita de S. Sebastião pois representava o percurso mais curto que ligava o Largo do Espírito Santo (actual Largo da Misericórdia) à ermida de S. Sebastião (demolida em meados do século XIX).

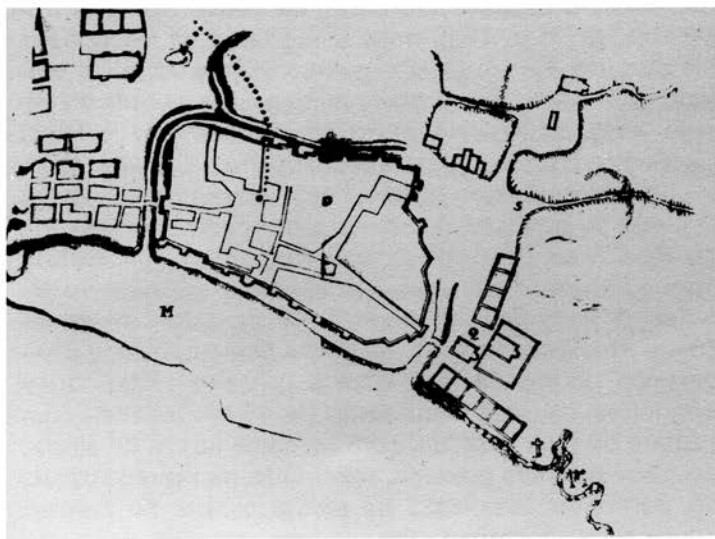
O traçado geral da Rua António Joaquim Granjo, designada nos anos 40 por Rua de S. José (Faria, 1949), devia existir já no século XV-XVI como parece comprovar-se pela presença, *in situ*, de duas portas quinhentistas (n.ºs 46 e 48) no seu troço Norte e por uma alusão (1553) ao Beco do Ouvidor que se identificava com o que é hoje o troço Sul da mesma rua.

A Travessa de S. José existiria também, como é testemunhado por duas outras portas «manuelinas» *in situ* (n.ºs 3 e 5).

O traçado geral da Rua Pereira Cão, antiga Rua das Farinhas, deve igualmente remontar a essa época; uma porta quinhentista (n.º 49) assinala-o. O mesmo pode ser considerado para a Rua dos Mareantes (porta n.º 28).

A actual Rua da Paz, que acompanha sensivelmente o contorno da muralha afonsina, seria designada, em 1553, por Travessa de D. Filipa.

Travessa do Gonçalo, Beco da Moura Encantada e Postigo da Moura Encantada (Porta do Sol) são topónimos arcaizantes, destacando-se os últimos pela sua conotação com um grupo cultural e étnico: muito possivelmente corresponderiam à Mouraria.



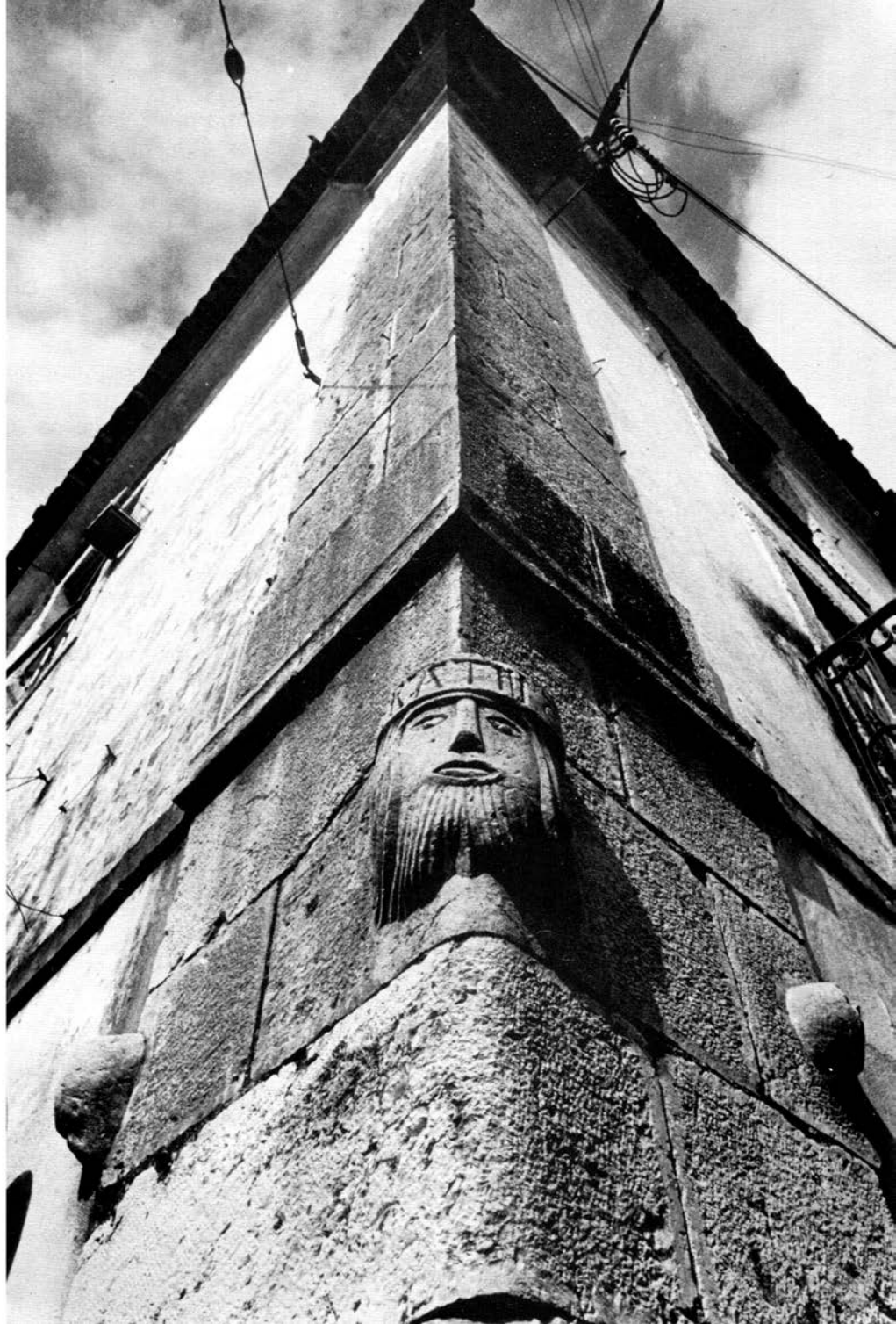
Planta de Setúbal (finais do séc. XVI inícios do séc. XVII — Códice da Casa Cadaval —. Cedida pelo Dr. Arnaldo da Soledade). De notar o grande desenvolvimento de Troino (a Oeste da vila), cujo traçado viário é, como hoje, sensivelmente ortogonal. A vila, amuralhada, apresentava uma organização espacial mais complexa que a de Troino em resultado de longas e marcantes pré-existências (são assinaladas apenas as vias principais). Imediatamente a Este da vila existiam salinas e a forca.

A CASA DAS QUATRO CABEÇAS

Nos finais do século XV, D. João II, monarca progressista para a época, encontrava em Setúbal uma das suas residências preferidas. Vila onde a nobreza se encontrava mal representada e o mar se oferecia para dorso de caravelas... Aqui casara, ainda príncipe, em 1471, com sua prima direita D. Leonor de Lencastre. Após ter sido aclamado rei, concede a Setúbal isenções fiscais e protege a agricultura regional.

Alvo de conspirações da nobreza, D. João II apunhalou, em 1484, o duque de Viseu. Tal acontecimento ocorreu em Setúbal nas casas de Antão de Faria (Pimentel, 1877, p. 183), onde o monarca se encontrava hospedado. Nesse local ergue-se actualmente um edifício com cantarias ao gosto da segunda metade do século XVIII. Aí funcionou, no século passado, o Hotel Escoveiro e se encontra hoje instalado o Governo Civil.

A assinalar um possível acto conspirativo contra D. João II, a «Casa das Quatro Cabeças», na esquina da Rua Fran Pacheco (antiga Rua Direita de Troino) com a Travessa do Carmo, possui três cabeças esculpidas e salientes no cunhal, de cantaria, cerca de 50 cm abaixo da imposta de pedra que estabelece a separação do rés-do-chão com o primeiro andar. Duas pequenas cabeças com cerca de 15 cm ladeiam uma cabeça de face barbada, com cerca de 30 cm de altura, de trabalho mais cuidado, sobretudo na representação do penteado, localizada na aresta central do cunhal. Esta cabeça é coroada por um listel, suporte da inscrição: «ESPER ATHE DEO». No dintel da porta n.º 44 da Rua Fran Pacheco foi insculptada uma quarta cabeça, semelhante à da aresta central do cunhal; na parte inferior da verga da mesma porta, lê-se: «SI DEVS PRO NOBIS QVIS COTRA NOS».



*Cunhal da «Casa das
Quatro Cabeças».*

Este monumento regista um acontecimento em que interveio um personagem importante, cuja ideologia foi expressa nas curtas frases que acompanham a sua representação e que soariam muito bem, pronunciadas por um rei absolutista. No acontecimento teriam intervido mais dois personagens, claramente minimizados. A cena deveria ter ocorrido na esquina, no exterior, como mostra a projecção das cabeças para fora do cunhal. O lintel possui um carácter mais emblemático e moralizador.

Diz a tradição popular, com sólidas razões, que naquele local se malogrou uma tentativa de assassinato contra D. João II, durante a procissão do Corpo de Deus. Diogo Tinoco teria prevenido o rei, na igreja de S. Francisco, sob um disfarce de frade.

Trata-se, pois, de uma das mais interessantes peças do património construído de Setúbal. Por outro lado, documenta a ocupação da zona situada entre a Rua 22 de Dezembro e a Praça Marquês de Pombal, anteriormente ao sismo de 1755.

A área ocupada no séc. XV seria certamente mais estreita que a da segunda metade do século XVIII, devendo a praia aproximar-se da Rua António Maria Eusébio, onde uma sondagem efectuada pelo Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal permitiu recolher materiais do séc. XVIII que assentavam sobre um nível de areias de praia.

PORTAS «MANUELINAS»

Além da população tradicionalmente dedicada à pesca e da pequena nobreza local, terratenente e ligada à administração, centrada na área de Santa Maria, vinha-se desenvolvendo uma burguesia constituída por artesãos e comerciantes. O seu espaço preferencial alarga-se da Rua Direita de S. Sebastião (Rua Arnonches Junqueiro) à zona situada entre a antiga Praça do Santo Espírito (Pimentel, 1877, p. 76 e Peres Claro, 1957), hoje Largo da Misericórdia, e a Praça do Sapal (Praça do Bocage). A toponímia recorda a vocação dessa zona: Rua Direita dos Mercadores (Rua Paula Borba), Rua dos Ferradores (Rua Álvaro Luz?), Rua dos Caldeireiros (Rua Álvaro Castelões), Rua das Canastras (Rua José A. J. da Silva), Rua das Esteiras (Rua Estevam de Vasconcelos), Rua dos Correeiros, Rua dos Açougues (Rua Luís de Camões), Rua dos Almocreves, Rua dos Sapateiros (Rua Augusto Cardoso). E se a Praça do Sapal — nome que resultou certamente do facto do local ter estado alagado num período posterior ao século V e possivelmente anterior à construção da primeira muralha (Tavares da Silva, 1980) — era, em 1448, chão e tendal de secar pescado (inéditos de Almeida Carvalho), em 1487 sofria obras ordenadas por D. João II e veria, em 1513, a sua igreja (a de S. Julião) reconstruída, por determinação de D. Manuel I (destas obras restam dois portais manuelinos e uma pequena porta aberta na fachada Norte). Em 1526 a Praça do Sapal será de novo alargada e remodelada, passando a constituir o centro administrativo do aglomerado urbano, com a construção dos Paços do Concelho, tribunal judicial, Paço do Trigo e cadeia (inéditos de Almeida Carvalho). Produz-se assim um espaço de confluência e, simultaneamente, de irradiação — que influencia e controla — muito afastado do conceito da praça medieval.

Podemos pois admitir que a ascensão da burguesia irá provocar, durante o século XVI, a mudança, para a Praça do Sapal, do centro administrativo que, no séc. XV e nos inícios do séc. XVI, se tinha localizado em torno da igreja de Santa Maria.

Os terramotos de 1531, 1755 e 1858 afectaram principalmente a freguesia de S. Julião a que pertencia a área referida, tendo sido poupados escassos exemplares do património construído. Contudo, a assinalar o desenvolvimento da burguesia mercantil, conservaram-se diversas portas quinhentistas («manuelinas») em edifícios de carácter civil, às quais aludimos ao tratar da reconstituição do traçado viário do espaço a Oriente do Largo da Misericórdia, onde melhor se preservaram. Tais portas, com cantarias de calcário ou de brecha da Arrábida, formam conjuntos quase sempre integrados por uma porta larga que daria acesso à loja, provida de cantarias chanfradas, excepto em uma pequena porção junto da soleira, e por uma porta estreita, com o dintel invariavelmente decorado por motivos próprios da gramática decorativa manuelina, destinada a servir o sobrado ou habitação.

Podem observar-se os seguintes conjuntos de duas portas quinhentistas: n.ºs 25 e 27 da Rua Arronches Junqueiro, n.ºs 3 e 5 da Travessa de S. José, n.ºs 46 e 48 da Rua António Joaquim Granjo, n.ºs 14 e 16 da Rua de Santa Catarina. No n.º 49 da Rua Pereira Cão existe uma porta larga com cantarias chanfradas e no n.º 33 da Rua da Brasileira (à Fonte Nova), por conseguinte fora da área considerada, uma porta estreita com dintel trabalhado.

Destruídos os edifícios, foram reutilizadas algumas cantarias, como se verifica no n.º 1 do Largo da Associação de Socorros Mútuos (antiga Judiaria) onde as ombreiras de uma porta quinhentista se encontram invertidas. Também nos n.ºs 19 e 21 da Rua Estevam de Vasconcelos (antiga Rua das Esteiras) se observa uma reconstrução ou reutilização: o dintel da porta larga foi substituído por outro de natureza litoló-

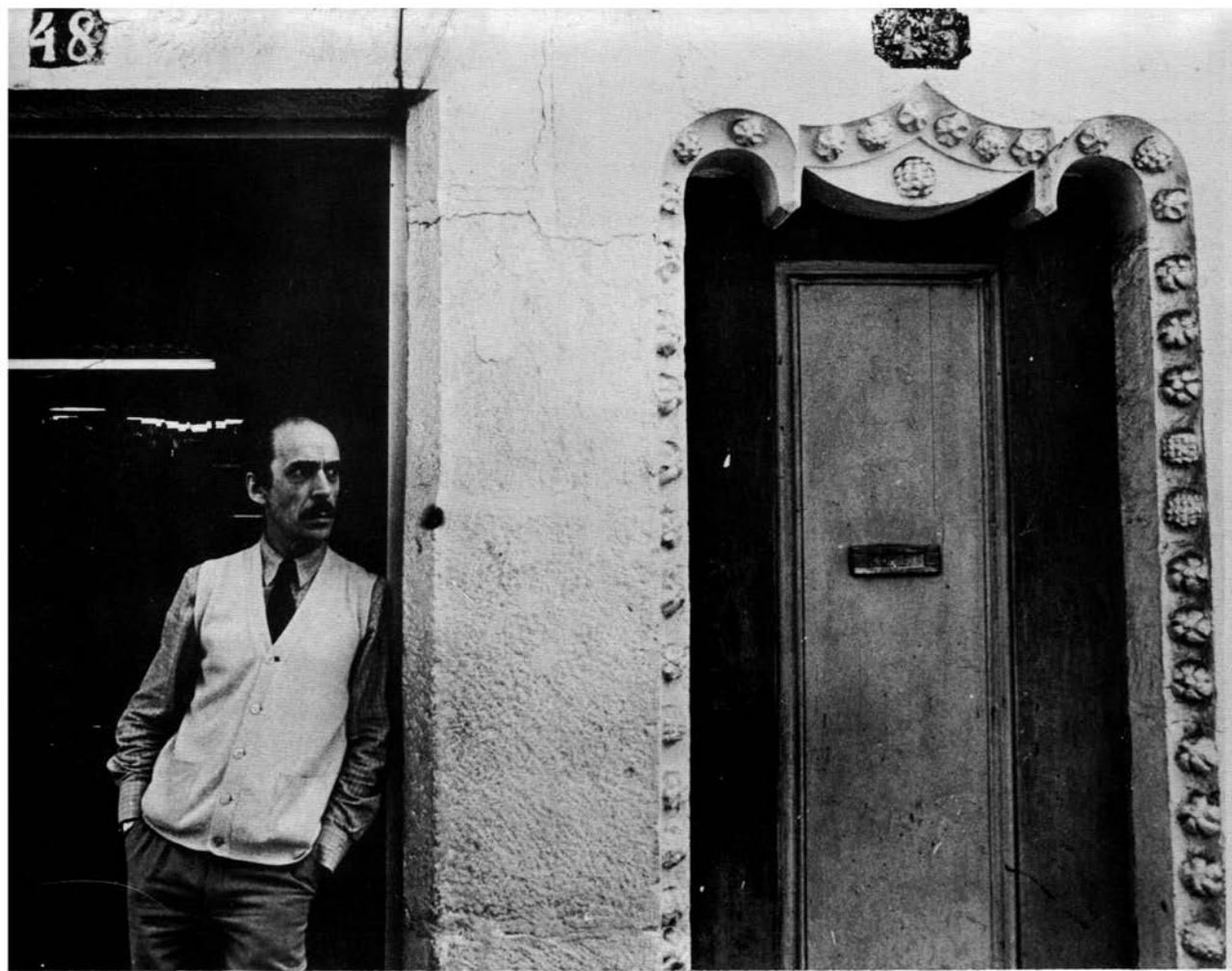


Portas da Trav.
de S. José.

gica diferente. A fragmentação de um dos elementos da ombreira comum às duas portas determinou que após a reconstrução a porta larga fosse terminar a um nível superior ao da estreita. O dintel da porta estreita é o único exemplar que conhecemos, em Setúbal, não decorado, muito embora tivesse começado a ser esboçada decoração característica do século XVI.



Portas da Rua de St.ª Catarina.



Portas da Rua Antônio Joaquim Granjo.



Portas da Rua Arronches Junqueiro.

O SAL, O PORTO E AS CASAS COM INFLUÊNCIAS DO NORTE DA EUROPA

Setúbal, dotada de um excelente porto natural com capacidade para receber mais de 500 naus, «fora as embarcações da terra», entre a abertura da barra e a ponta da coutada de Santa Catarina, segundo informação de 1758 fornecida pelo pároco da freguesia de S. Sebastião (Peres Claro, 1957, p. 11), estava apta a envolver-se no processo desencadeado pelas descobertas marítimas incrementadas a partir de meados do século XV. De Setúbal partiu D. Afonso V, a 30 de Setembro de 1458, para a conquista de Alcácer-Seguer, em sua nau Santo António, seguido por 89 embarcações.

Desde, pelo menos, o reinado de D. Duarte que a construção naval era uma actividade importante, construindo-se galés, caravelas e navios de alto bordo. D. Afonso V e D. João II apoiaram essa actividade; a caravela foi adaptada, em Setúbal, a navio de guerra durante o reinado de D. João II.

O comércio seria intenso. À «tetralogia» da exportação medieval portuguesa (Rau, 1963) constituída por sal, vinho, azeite e frutas, acrescentavam-se os produtos ultramarinos.

Desde, pelo menos, o reinado de D. Dinis que a produção do salgado de Setúbal ultrapassava as necessidades do consumo nacional. Foi porém na segunda metade do século XVI que a sua exportação atingiu o apogeu.

Navios estrangeiros, sobretudo holandeses e hanseáticos, demandavam o porto de Setúbal na procura do precioso produto. O nosso sal era o mais adequado para a salga do arenque devido à sua brancura. Esta característica resultava da ausência de impurezas, retidas por uma alga que atapetava os tanques das marinhas do Sado.

Os barcos nacionais, ocupados nos percursos da África, do Oriente e do Brasil, deixaram que, no comércio e transporte do sal, intervissem estrangeiros. Em 1577, mais de 250 barcos fundearam em Lisboa e Setúbal no período de seis dias, para carregarem sal; 160 eram holandeses e alemães (Rau, 1963).

Chegava o trigo e saía o sal, objecto de um controle apertado por parte do fisco que não descuidava os rendimentos da Coroa. Mas chegavam também influências culturais. Fixavam-se pessoas. Construía-se ao gosto do Norte da Europa. Tais influências arquitectónicas iam perdurar até, pelo menos, aos finais do século XVIII (n.º 85 da Rua Vasco da Gama — fachada de frontão triangular com data de 1799); manifestam-se através de fachadas, muito comuns em Setúbal, normalmente estreitas e altas, rematadas superiormente por frontão triangular, podendo ou não apresentar volutas, e que espreitam as ruelas por janelas de guilhotina.

O fervilhar da vida de Setúbal pressente-se a todos os níveis da actividade humana, neste século XVI.

Em 1509, Hermann de Kempis imprime em Setúbal os Estatutos da Ordem de S. Tiago.

Em 1514, D. Manuel concede à Vila de Setúbal carta de foral, sendo minuciosamente regulamentadas as actividades portuárias e piscatórias.

O mesmo monarca compra a aprazível herdade da Barbuda (que se estendia a Norte do Postigo de Santa Catarina e era alimentada pelos ribeiros do Quadrado e do Livramento) e oferece-a à população setubalense. Será, mais tarde, o Campo do Bonfim.

Em 1530, D. João III outorga aos procuradores de Setúbal às Cortes o direito de se sentarem no 4.º banco, o que representa uma promoção na hierarquia administrativa, e, cinco anos mais tarde, concede à vila o título de «Notável».

Em 1533, D. João III ordena importantes obras de reparação e melhoramento. É construído novo Paço do

Trigo, são reparadas calçadas e canalizações.

Em 1553, Setúbal possuía 1907 fogos (Pimentel, 1877, p. 142), pertencendo 1030 a S. Julião e 877 a Santa Maria. Nesse ano, o arcebispo de Lisboa, D. Fernando, por vontade régia e porque na vila «havia muita gente, e povoação, e que as Igrejas Prochiaes, a que todos na dita villa eram obrigados a ir, como freguezes, são somente duas, em que não podiam caber os que eram freguezes, nem os Priores, e Curas (...)», desmembra cada uma das freguesias existentes em duas. Assim, a partir da de Santa Maria surge a de S. Sebastião e, da de S. Gião (S. Julião), a de Nossa Senhora da Anunciada.

É rico em informações, sobretudo de carácter toponímico, o documento que no ano de 1553 criou as freguesias da Anunciada e de S. Sebastião. Aqui fica uma passagem:

«Por na Freguezia de S. Gião da villa de Setúbal haver mil e trinta e seis fogos ordena Sua Alteza, que se faça d'esta Freguezia outra de Nossa Senhora Anunciada em Trouno para serem duas: Ficam á dita Freguezia de S. Gião quinhentos e cincoenta fogos, partindo como antigamente parte com a Freguezia de Santa Maria pelo meio do beco que vem do Postigo da Pedra da banda do mar ás cazas de Estevam Netto, as quaes ficam com Santa Maria, e as de Luiz Miaveiro, que estão no meio da Rua dos Ferradores são de S. Gião e d'ahí até a Annunciada partindo pelas costas do Hospital da dita Igreja com as cazas, que estão nos terreiros de uma parte, e da outra, que se chamam de Estevam de Lagos da parte do mar, e outro da parte de terra da Palmellôa, e todas as cazas, que tem as portas, e serventias para os ditos terreiros da parte do levante ficam com S. Gião, e cria Sua Alteza de novo a Freguezia d'Annunciada, e parte com S. Gião pela Travessa, que vem do rocio da parte do Norte, que se chama do João Vaz ao Terreiro da Palmellôa, e d'ahí pela Travessa que vai pelas costas do Hospital a outro terreiro, que se chama de Estevam de Lagos da parte do

mar, e as cazas que tem as portas e serventias para estes terreiros, a travessa da parte do Poente ficam com Annunciada com todas as mais do arrabalde de Trouno até S. Francisco, parte do trigo, e os montes do termo, etc. cabem a esta Freguezia quatrocentos e vinte oito fogos; e ha na Freguezia de Santa Maria oitocentos setenta e sete fogos, Manda Sua Alteza, que se faça desta Freguezia outra a S. Sebastião em Palhaes, onde se hade mudar o convento de Palmella, para serem duas, parte a dita Freguezia com S. Gião como arriba dito é, cabe a esta Freguezia de Santa Maria quinhentos e dezeseis fogos, e cria Sua Alteza de novo esta Freguezia na Ermida de S. Sebastião a Palhaes, parte esta Freguezia com a de Santa Maria pelo Postigo do Ouvidor, que está da banda do mar, e o beco que d'elle vem ter á rua Direita ás cazas de D. João de Lima; todas as cazas que n'este beco estão de uma banda e outra ficam a S. Sebastião, e assim toda a rua Direita até aos muros, rua acima de uma parte e outra, e na mesma rua parte pela travessa de D. Filippa, á porta da villa as cazas de Luiz Mascarenhas, que estão sobre o muro da parte da terra ficam com S. Sebastião, com todas as mais cazas d'ahi até ao muro, e assim o arrabalde de Palhaes, Fontainhas, Fumeiros, e as Hortas, que cabiam á Freguezia de Santa Maria, cabem a esta Freguezia trezentos e sessenta e um fogos; (...)» (in Pimentel, 1877, pp. 142 e 143).

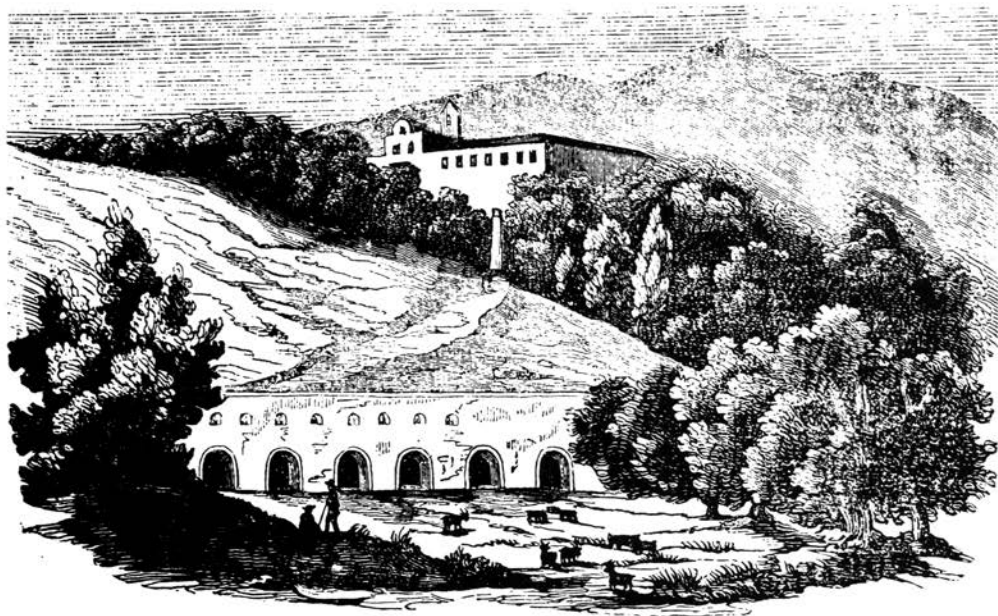
ABASTECIMENTO DE ÁGUA: O AQUEDUTO DOS ARCOS

Recordando a preocupação constante que foi o abastecimento de água à vila de Setúbal, existem na Rua dos Arcos, ao Bairro do Montalvão, alguns troços, por certo muito reconstruídos, de um aqueduto cuja origem remonta ao reinado de D. João II. Partia de Alferrar, da Arca de Água, a cerca de 3 km. da povoação.

A água escasseava, por vezes. Assim, em 1508, é elaborado um regulamento relativo à utilização da fonte do Sapal, alimentada por aquele aqueduto.

Do aqueduto de Alferrar saíam outras canalizações que se dirigiam para a zona a Oriente da Praça do Sapal.

O bairro de Troino era servido por uma nascente situada nas proximidades do Outeiro da Saúde. Sabemos, também, que em 1571, D. Sebastião ordena a realização de obras na Fonte Nova.



Aqueduto dos Arcos.



Dintel do portal
da gafaria
(Av. Portela).

GAFARIA

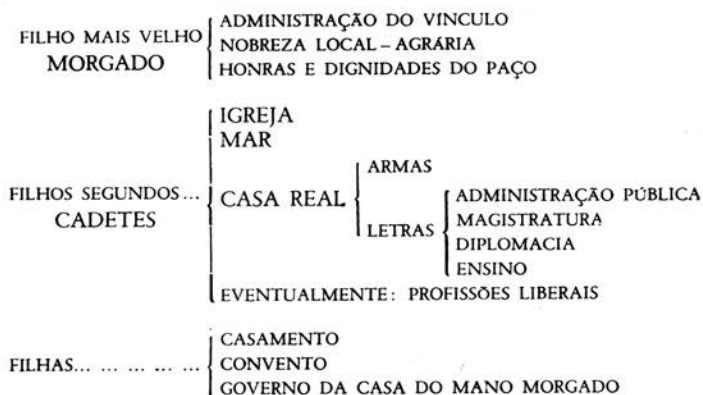
Nos finais do século XV ou nos inícios do século XVI, Setúbal possuía uma gafaria situada no exterior da área amuralhada.

A lepra, doença então incurável e muito contagiosa, para o que concorriam as precárias condições de higiene, obrigava à segregação de todos os que a manifestavam. Por este motivo se escolheu um local fora da povoação com o fim de albergar leprosos. Dessa gafaria resta um portal em estilo gótico que abre para a Av. Manuel Maria Portela, antiga Estrada de S. João. O dintel apresenta, na parte superior, a irónica inscrição «*Vanitas vanitatum et omnia vanitas*» («Vaidade das vaidades e tudo vaidade»); sob esta, cinco arcos insculturados; o arco central, em carena, enquadra um escudo muito apagado pertencente possivelmente ao instituidor da gafaria.

CONVENTOS DOS SÉCULOS XV E XVI

Nos séculos XV e XVI assiste-se a um surto de instituições religiosas conventuais. A vida monástica ou religiosa, em sentido lato, era para a mulher de «boas famílias» a única alternativa ao casamento e, para o jovem nobre, colocava-se ao lado da carreira militar ou do serviço na casa real, ficando a administração dos bens da família a cargo do primogénito. Os conventos, instituídos, pois, por elementos da nobreza e do clero, para seu serviço, eram, porém, sustentados pelo povo.

DESTINO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOBRES



(seg. Fernando Falcão Machado)

Convento de S. Francisco

Nos inícios do século XV (1410) estabelecia-se em Setúbal a primeira ordem de frades menores. Surgia assim o Convento de S. Francisco. Situava-se a Oeste de Troino, não muito longe da povoação, podendo estender o seu apostulado às populações da vila e do campo.

Do primeiro edifício deste convento já não restam vestígios. O que hoje existe remonta tão-só à segunda metade do século XIX.

O cenóbio, fundado por D. Maria Annes Escolar, filha de um vedor da Fazenda, iria beneficiar de melhoramentos, ainda no século XV, em data anterior a 1477, introduzidos por um neto da fundadora. A igreja do convento, com três naves e porta lateral, «ficou considerada (...) de notável fábrica por sua arquitectura, e ainda mais pelo bom trabalho da sua capela-mor, que tinha um belo retábulo de duas faces, uma virada para o corpo da igreja e a outra para o coro que era na mesma capela» (Almeida Carvalho, 1970). Além da capela-mor existiam a capela das Chagas, construída a partir de esmolas de pescadores e que albergava a Ordem do Cordão e das Chagas, a capela de S. Francisco onde se estabeleceu a Ordem Terceira, a capela de S. José, custeada por um casal abastado, falecido em 1597, a capela de Nossa Senhora do Amparo, edificada por fidalgos na segunda metade do século XVI.

Convento de Jesus

O convento do período que estamos a tratar (séc.s XV-XVI) que melhor conservou a sua traça primitiva é o de Jesus, pertencente a religiosas da 1.^a Ordem de Santa Clara.

Foi construído fora da vila, mas nas suas imediações, em terrenos da freguesia de S. Julião então conhecidos pelo nome de Sapal de Troino.

A sua fundadora, Justa Rodrigues Pereira, obteve o patrocínio de D. João II e, posteriormente, de D. Manuel de quem tinha sido ama.

Uma história fantasiosa e repleta de incoerências sobre a fundação do convento, da autoria de Frei Gerónimo de Belém, inserta na «Crónica Seráfica da Sancta Província dos Algarves», atribui a obra ao arquitecto



*Portal
do Convento
de Jesus.*

Boutaca. Aceite por diversos historiadores de arte, nomeadamente Reinaldo dos Santos, esta hipótese foi ousadamente recusada por Pedro Dias, autor que utiliza argumentos muito convincentes para negar a intervenção de Boutaca na concepção do edifício. Este não pode ser entendido como um todo sincrónico, mas antes como o resultado de diversas fases de construção. Pedro Dias atribui à primeira fase as paredes laterais do templo, muito pouco espessas para suportarem uma abóbada. Quando da morte de D. João II já estaria construída a capela-mor. O primeiro edifício seria de pequenas dimensões, destinando-se somente a 12 religiosas.

A data normalmente aceite para a fundação do convento (17 de Agosto de 1490) talvez possa ser recuada, atendendo ao sino antigo da igreja — com as legendas «IHNS», «MARIA» e «SERVIR: ADEU: (DOBR)AR: ESTE», compostas por caracteres decorados por motivos fitozoomórficos insertos em matrizes individuais — semelhante a uma campana de Santa Maria de Sintra que possui a data de 1468 (Borba, 1976-77). Também os azulejos valencianos (azuis e brancos) assentes na fonte do claustro apontam para uma fundação mais antiga. (Esta fonte era alimentada por uma derivação do aqueduto de Alferrar).

A entrada no convento das primeiras noviças teria ocorrido em 11 de Junho de 1496, contando com a presença de D. Manuel, D. Leonor, viúva de D. João II, e alguns nobres. A comemorar a solenidade, o monarca ofereceria um novo sino, ainda existente, que tem a seguinte inscrição: «EMANVEL PRIMVS REX PORTVGVALIE ET ALGARBIORVM CITRA ET VLTRAMARE IN AFRICA ET DN GVINEE 1496».

Na segunda fase da construção (primeira década do século XVI), teria sido, de acordo com Pedro Dias, destruída a capela-mor primitiva e substituída pela actual. Esta apresenta paredes mais espessas, construídas para suportarem uma abóbada, e mais altas que as do corpo da igreja, por sua vez adaptado à altu-

ra e exiguidade da primeira capela-mor.

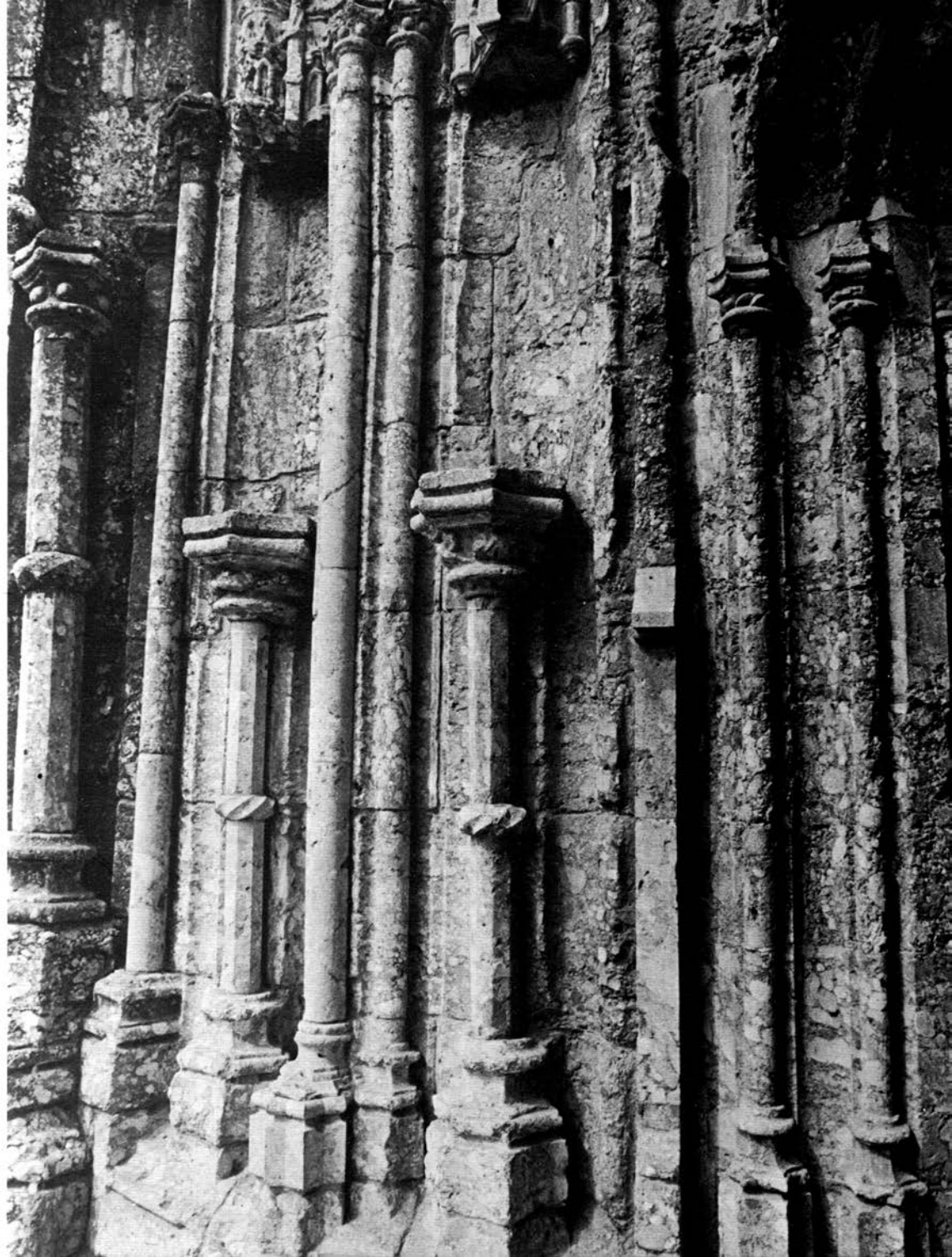
A nova capela-mor tem planta rectangular, na base, e poligonal, ao nível da abóbada. Liga-se ao corpo da igreja através de um arco alto e apontado. É reforçada por cinco contrafortes dispostos de forma a descarregar o peso da abóbada, em concordância com as nervuras, excepto um, situado na fachada sul, na ligação com a parede do corpo do templo. A abóbada é de qualidade francamente superior às do corpo e coro da igreja. No primeiro tramo proliferam nervuras polícentricas, desenvolvendo-se uma abóbada estrelada. As nervuras, torcidas, de secção arredondada ou em aresta viva, arrancam de mísulas que se prolongam por colunelos espiralados. Possui uma janela tipicamente «manuelina».

Sob o altar, que é sobreelevado, foi edificada uma falsa cripta para receber o túmulo da família da fundadora.

À terceira fase, de acordo ainda com Pedro Dias, corresponde a adaptação do corpo da igreja pré-existente à nova capela-mor.

As paredes do corpo e do coro da igreja, insuficientes, pela sua pouca espessura, para suportarem uma abóbada que não existiria na primeira fase, foram reforçadas, possivelmente na terceira fase, através de contrafortes equidistantes (fachada Sul) e pilares complementados por arcos transversais (parede que dá para o claustro).

A abóbada do corpo é suportada interiormente por pilares torsos que colunelos entrelaçados em espiral compõem. O arranque dos colunelos faz-se por tractos rectos, perpendiculares aos respectivos tambores, artificio que esconde uma certa falta de perícia. Na nave central a «abobada é de cruzaria simples de ogivas, apenas com arcos torais e cruzeiros, de secção quadrangular, meramente chanfrados. (...) É, apesar da sua deficiente construção, do tipo vulgarmente conhecido por de igreja-salão» (Dias, 1978, p. 70).



*Portal
do Convento
de Jesus.
Pormenor.*

A planta do corpo da igreja apresenta-se dividida em três naves e quatro tramos imperfeitos.

O coro, separado do corpo por uma parede transversal, é formado por dois pisos. No coro alto o espaço está dividido em três naves e três tramos, comportando a nave central, mais larga, o cadeiral.

Na parede Sul do corpo da igreja, ao lado de um contraforte, abre-se o portal. De linhas sóbrias, é enquadrado por dois gigantes e revela um certo arcaísmo em relação ao naturalismo exuberante do período manuelino. Os arcos em carena que encimam os dois vãos do portal, as letras A e Y (de Ama Yusta?) e o pentágono de lados curvos que remata superiormente a construção são os elementos de carácter mais evoluído.

A janela do corpo da igreja é igualmente arcaica (ou arcaizante?) e bastante sóbria.

A janela aberta na capela-mor, também virada a Sul, tomou como protótipo a do corpo da igreja mas é preenchida por ricos labores e enquadrada por um arco em carena, elementos que lhe conferem um sabor «manuelino».

Acusando as intervenções mais recentes da Era de Quinhentos chegou até nós um fragmento de vitral polícromo, datado de 1539, atribuído a Antonio de Taca I (Borba, 1975), Manuel Maria Portela (1882) viu alguns vitrais com a mesma data colocados ainda nas janelas do templo.

Do claustro do mosteiro primitivo conservou-se sobretudo a arcaria formada em parte por arcos ogivais e em carena.

A azulejaria do mosteiro, não muito abundante mas representativa das principais fases da evolução do azulejo em Portugal, merece ser tratada em capítulo à parte.

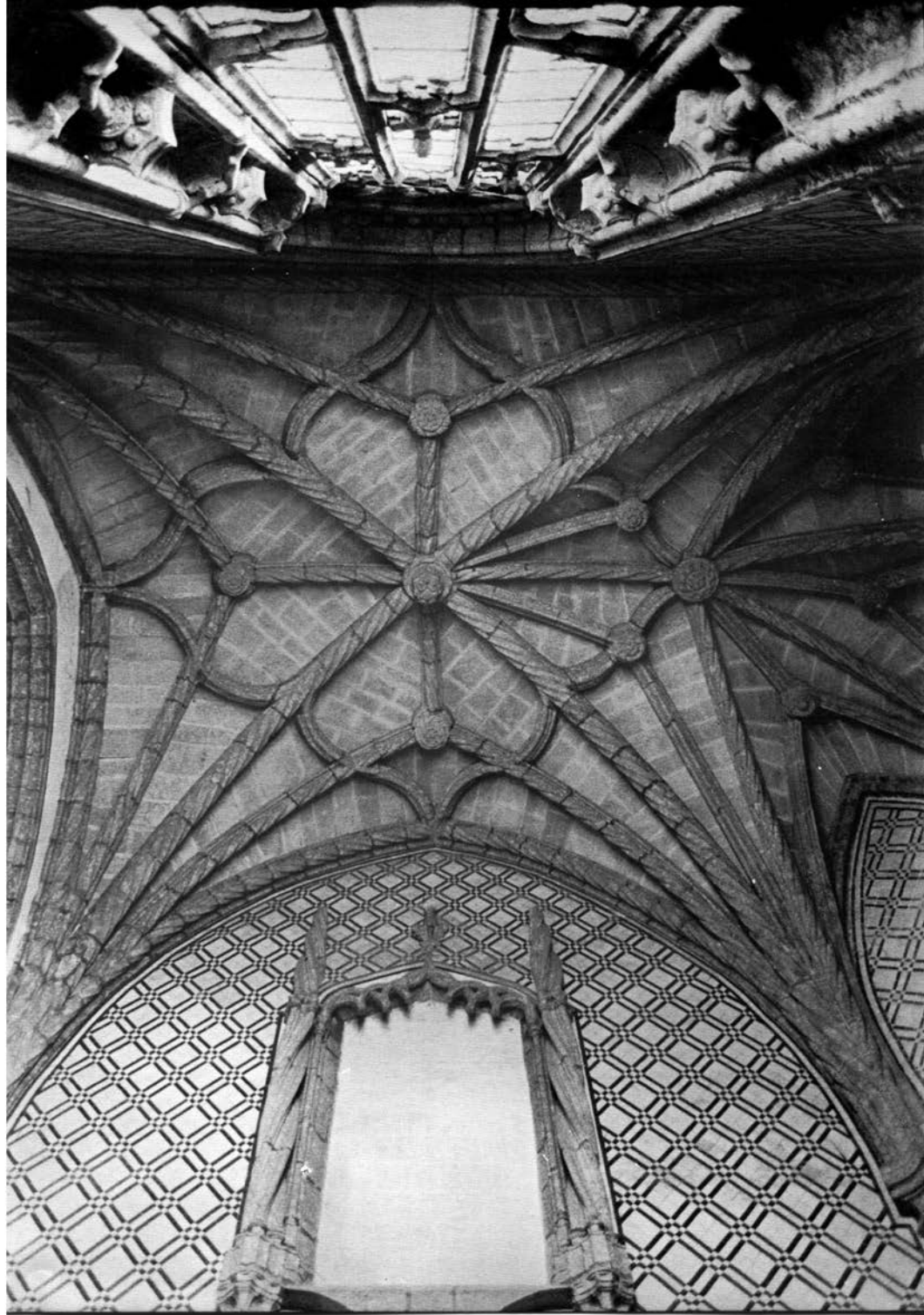
Por fim, aludamos ao cruzeiro presentemente situado no largo em frente do portal e que até 1892 se encontrava no ângulo oriental da fachada Sul da igreja



Igreja
do Convento
de Jesus.
Interior.



*Capela-mór
da igreja
do Convento
de Jesus.*



Abóboda
da capela-mór
da igreja
do Convento
de Jesus.



Claustro do Convento de Jesus.



*Claustro
do Convento
de Jesus.*

(Gonzaga do Nascimento, 1946). Foi mandado construir por D. Jorge, filho bastardo de D. João II e mestre da Ordem de Santiago. Em brecha da Arrábida, possui uma interessante base constituída por degraus em forma de brácteas.



Base do Cruzeiro do Largo do Convento de Jesus.

Azulejos do Convento de Jesus

O azulejo em Portugal, tão largamente utilizado, interligou-se de forma estreita com os edifícios em que foi aplicado, conquistando, sobretudo no séc. XVII, uma dimensão verdadeiramente *arquitectónica*. Esta característica do azulejo obriga a não esquecê-lo quando se fala de património construído.

O Convento de Jesus contém quase todo o percurso do azulejo em Setúbal. Assentes na fonte do claustro, encontram-se os mais antigos azulejos conhecidos entre nós, já de formato quadrangular, com uma face nobre bicromática (azul e branca), vidrada e plana. Estes azulejos datam da segunda metade do séc. XV e foram exportados por Valência. A descoberta, a partir de finais do séc. XIII, de *cobertas* de óxido de estanho cuja fusão dá origem a superfícies brancas e opacas (*ópera de Malica*), irá permitir a produção de azulejos policromos e planos, pois a separação das cores é conseguida através da *coberta* de óxido de estanho que actua como um «mata-borrão».

O século XVI está igualmente representado no Convento de Jesus sobretudo na falsa cripta, sob o altar-mor, mas agora através de azulejos de importação sevilhana. Sevilha foi, na 1.^a metade do séc. XVI, o fornecedor exclusivo do mercado português. Desconhecendo a técnica de separação das cores através da aplicação de um fundo de óxido de estanho, Sevilha começou, a partir de meados do séc. XV, a produzir ladrilhos quadrangulares em que a mistura dos esmaltes, durante o processo de fusão, era evitada através da abertura de sulcos, na pasta crua. Estes sulcos eram preenchidos por uma gordura animal que repelia os esmaltes, impedindo assim a mistura das cores. A técnica de fabrico descrita ficou conhecida por «corda seca». Posteriormente (finais do séc. XV), surge a técnica de «aresta» que irá suplantá-la de «corda



*Fonte do claustro
do Convento de Jesus
com azulejos
da segunda metade
do séc. XV.*



*Fonte do claustro
do Convento de Jesus
com azulejos
da segunda metade
do séc. XV.*

seca», pois permite uma simplificação do trabalho; consiste na aplicação, por pressão, às placas de argila, de moldes de madeira com os desenhos gravados. Os negativos dos moldes ficavam em alto-relevo nas placas de argila, dividindo a superfície em compartimentos aptos a receberem os esmaltes. Estes eram, assim, separados por acidentes físicos. Cada azulejo não era já gravado *de per si*; um molde podia reproduzir largamente a sua matriz.

O revestimento da capela-mor da Igreja de Jesus, de 1614-17, com azulejos de «caixilho», ilustra bem a excelente integração da obra azulejar do séc. XVII, nos vãos arquitectónicos. Neste período, coincidindo em parte com a Ocupação Filipina, o azulejo adquire a sua verdadeira expressão portuguesa. Os artesãos anónimos compensam a falta de pintores (que acompanharam o movimento da Corte) através de composições enxaquetadas com azulejos de tipo «caixilho» e de padronagem.

Embora ocupando uma posição secundária, surge também o azulejo figurativo. No coro da igreja do Convento de Jesus, um belo frontal de altar marca os meados do séc. XVII.

A partir de 1680, até meados do séc. XVIII, por influência da porcelana oriental, utilizam-se quase exclusivamente o azul e o branco.

O século XVIII é o século do azulejo. A riqueza que a exploração do Brasil proporcionou e o gosto, enraizado entre nós, por aquela cerâmica de revestimento, explicam a sua grande utilização. Há fabricos acessíveis a todas as bolsas. O azulejo de figura avulsa ou de estrelinhas (o mais barato), decorado pela figuração, ao centro, de um elemento vegetal, animal ou outro, encontra-se representado no Convento de Jesus.

No corpo da igreja podem observar-se diversos painéis dos finais do séc. XVIII, policromos, de carácter narrativo, com a representação de cenas da vida da Virgem.

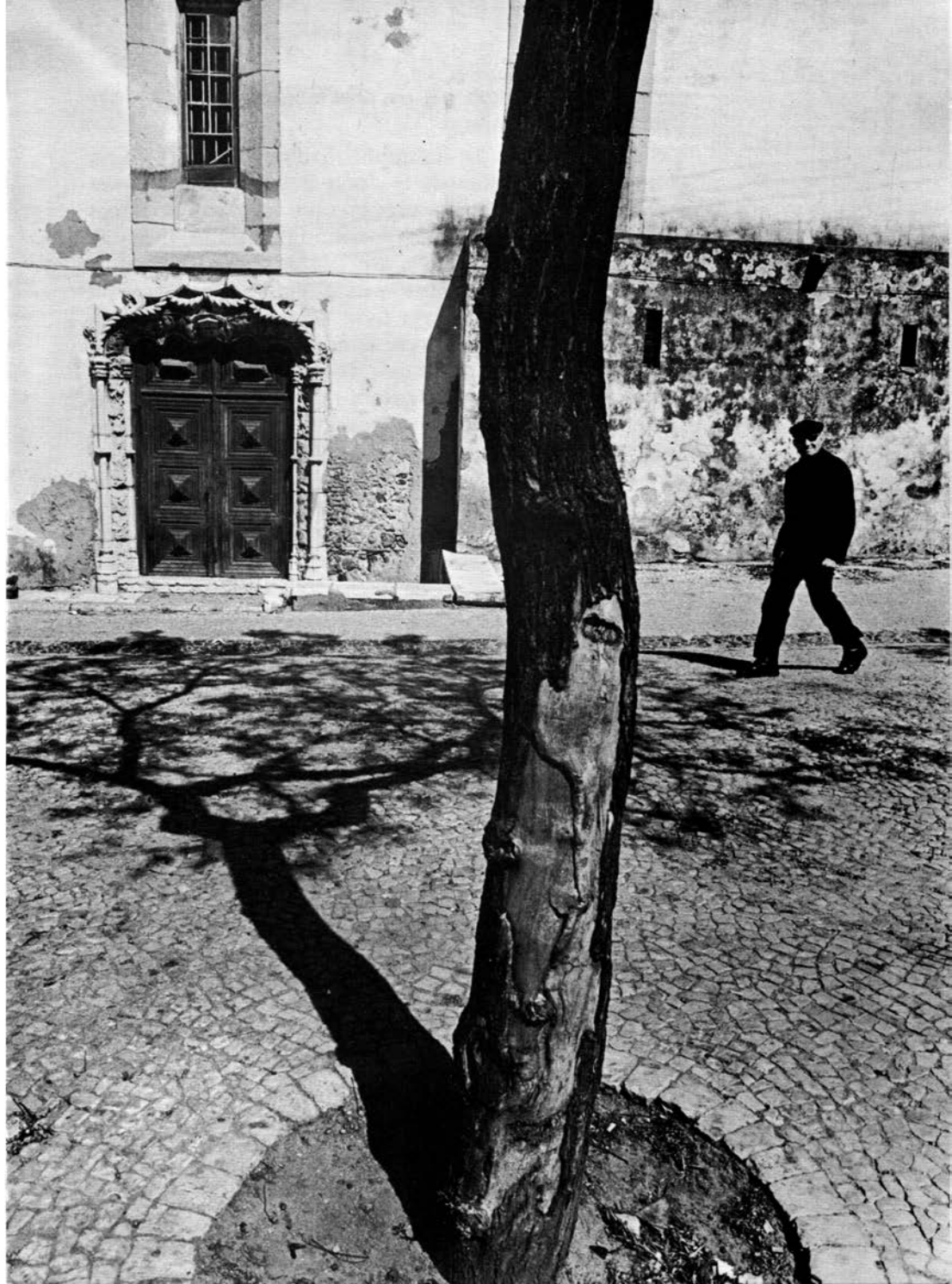
Convento de S. João

Um outro convento legou-nos a marca do século XVI no magnífico portal da sua igreja. De estilo manuelino, é exuberantemente decorado por motivos fitomórficos. Trata-se do Convento de S. João Baptista da Ordem Dominicana.

O sítio entre o Chão do Sapal e a estrada do Alentejo, junto ao chafariz do *Chupa-lha-pele* (Almeida Carvalho, 1970) foi escolhido, por uma confraria de pescadores e homens do mar, para a edificação de uma ermida dedicada a S. João Baptista. Esta substituiria uma outra, com o mesmo orago, situada na estrada de Santas, numa quinta (S. João das Marinhas) de Lopo Gomes de Abreu, de difícil acesso. A mesma ainda existia em 1510, tendo sido visitada pelo Mestre da Ordem de Santiago.

Em 1517, os confrades obtiveram de D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago, a necessária autorização para a construção da nova ermida que viria a ser obra de trabalho popular. O duque decidiu aproveitá-la para capela de um convento que, após diversas vicissitudes, se destinaria a freiras da Ordem Dominicana e que abriria em 1533. As suas primeiras ocupantes foram sete religiosas do Mosteiro de Jesus de Aveiro, três filhas de D. Jorge e três filhas dos condes de Portalegre que, enquadradas pelas religiosas provenientes de Aveiro, davam entrada, pela primeira vez, na vida monástica.

O terramoto de 1755 provocou graves danos no convento. As freiras tiveram de procurar refúgio na ermida do Anjo da Guarda, sito no Campo do Bonfim. O cenóbio entra então em profunda crise económica. Dele deixou-nos uma descrição o sueco Carl Israel Ruders aquando da sua visita em Junho de 1799. Tal descrição deixa-nos antever o avizinhar do período a que Almeida Carvalho atribui a ocorrência de liber-



*Portal da igreja
do Convento
de S. João.*

dades excessivas e até de procedimentos escandalosos. Diz o visitante:

«Na tarde de 24 de Junho fizemos uma visita ao convento das freiras de S. João Baptista. Como esse dia era o da festa do orago, conservou-se a igreja cheia de gente até à noite. À entrada da porta, uma cabeça de santo, modelada em prata, é apresentada a quem quer beijá-la mediante uma dádiva. Por causa da festividade, estava aberta uma sala que dava para o claustro. Ao limiar da porta fomos recebidos por duas noviças, que não deixavam de ser alegres e cortesões. (...) As freiras cativavam-nos com doces e enchiam-nos os bolsos de rebuçados. (...) As freiras também não têm permissão para sair da sala. Toda a conversa se faz no limiar. Soubemos, então, que uma freira tinha sido recebida, recentemente, nesse convento, só pela prenda de saber tocar órgão. Não era de berço nobre, nem tinha meios de pagar o considerável dote que se exigia para a admissão nesse mosteiro. (...) Quando nos despedimos, as freiras estenderam-nos a mão e convidaram-nos para no próximo sábado, dia de S. Pedro e S. Paulo, irmos à igreja ouvir a nossa freira tocar órgão.»

Em 1834 o convento de S. João foi abandonado pelas religiosas. Na sua cerca, viria, posteriormente, a funcionar uma praça de touros. Actualmente é utilizado como unidade de hotelaria.



*Portal da igreja
do Convento
de S. João.
Pormenor.*



Portal Norte da Igreja de S. Julião.



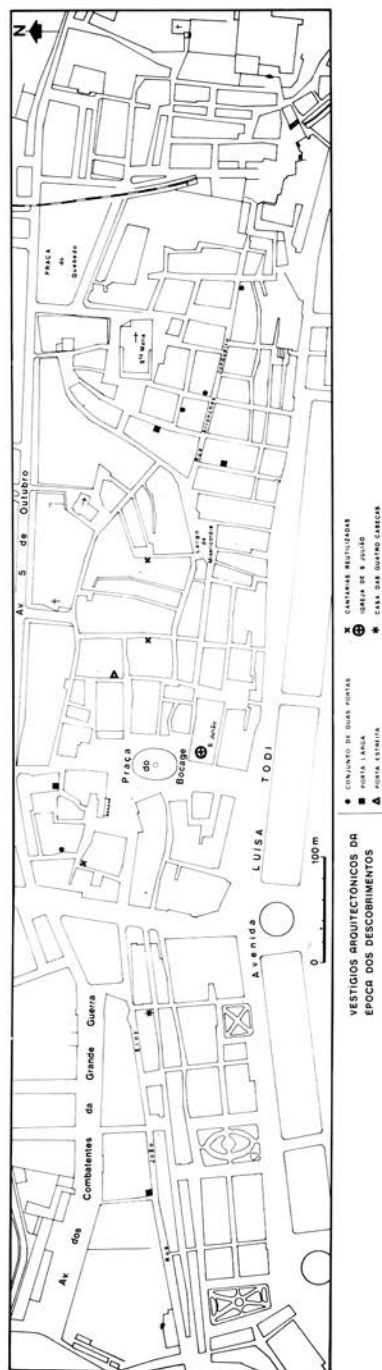
Portal Oeste da Igreja de S. João.

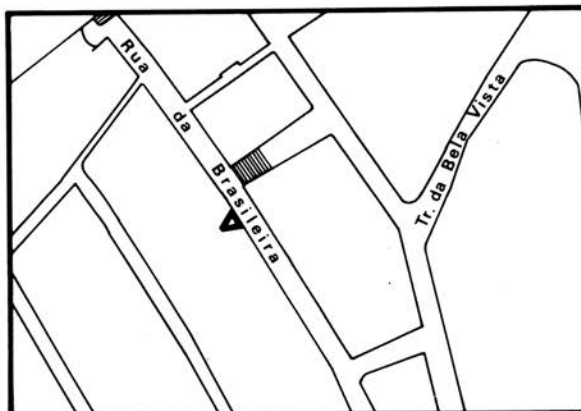


*Portal Oeste
da Igreja
de S. Julião.
Pormenor.*

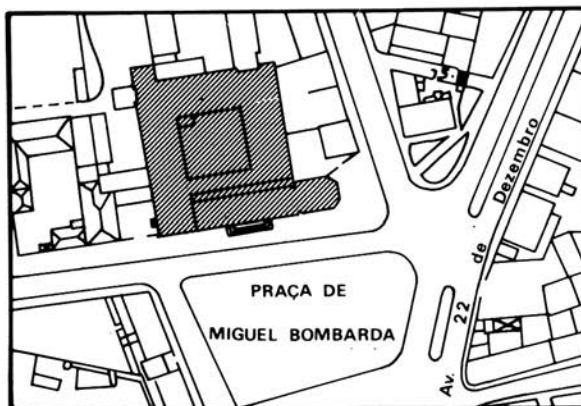


*Porta lateral
da Igreja
de S. Julião.*

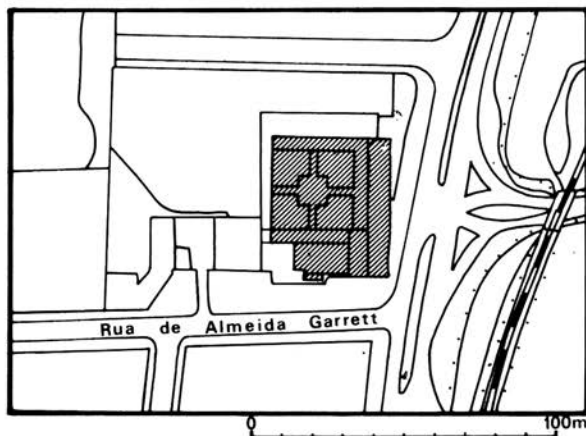




Localização da porta
«manuelina» da Rua
da Brasileira (Troino).



Localização do Convento
de Jesus.



Localização do Convento
de S. João.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORBA, J. Moniz, 1975, Fragmento de vitral (datado) da igreja de Jesus de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*, I.**
- BORBA, J. Moniz, 1976-77, Os sinos medievos da igreja de Jesus de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*, II-III.**
- CARVALHO, A., 1969-70, Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense, III-IV. Junta Distrital de Setúbal.**
- DIAS, Pedro, 1978, A igreja do Convento de Jesus de Setúbal na evolução da arquitectura manuelina. *Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, 2.ª série, 32.**
- FARIA, Guilherme, 1949, Guia de Setúbal.**
- GUERRA, L. de Bivar (organizado por), 1972, Documentos para a História da Arte em Portugal. Fundação Calouste Gulbenkian.**
- MACHADO, F. Falcão, 1950, Os Cabedos de Setúbal. *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, série II, 24-25.**
- NASCIMENTO, L. Gonzaga do, 1947, Velharias de Setúbal. As antigas albergarias. *A Indústria*. Setúbal.**
- PERES CLARO, R., (organizado por), 1957, Setúbal no séc. XVIII. As informações paroquiais de 1758. Setúbal.**
- PIMENTEL, A., 1877, Memórias sobre a História e Administração do Município de Setúbal.**
- PORTELA M. Maria, 1882, Notícia dos monumentos nacionais e edifícios e logares notáveis do concelho de Setúbal.**
- RAU, V., 1951, A exploração e o comércio do sal de Setúbal.**
- RAU, V., 1963, Rumos e vicissitudes do comércio do sal português nos séculos XIV a XVIII. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, 7.**
- RUDERS, C. Israel, 1981, Viagem em Portugal. 1798-1802.**
- SIMÕES, J. M. dos Santos, Azulejaria em Portugal no séc. XVI.**
- TAVARES DA SILVA, C. e VIEGAS, J. Rosa, 1977-78, Casas e Ruas na História de Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.**
- TAVARES DA SILVA, 1980, Escavações arqueológicas na Praça de Bocage: 2000 anos de História, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.**

© *Texto e documentação gráfica: 1983. Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva*

© *Fotografias: 1983. Mauricio Abreu*

EXECUÇÃO GRÁFICA:
SETULGRÁFICA
SETÚBAL— 500 ex.